

# **ANALISANDO DOCUMENTOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: RCN/EI, DCN/EI E A BNCC**

Lívia Geovana da Silva Teixeira\*  
Gloria Lucia Magalhães \*\*

## **RESUMO**

Este trabalho analisa os possíveis diálogos existentes entre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular. Tal abordagem justifica-se diante da necessidade de destacar as principais alterações que os documentos acima citados favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. O objetivo proposto neste estudo é identificar alterações ocorridas no conjunto de documentos, que possam contribuir para o avanço das discussões sobre o currículo oficiais da educação infantil. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica efetuada por meio da leitura de obras e artigos científicos basicamente do Scientific Electronic Library Online-SciELO. O presente estudo verificou os avanços e lacunas presentes nos documentos curriculares oficiais: RCNEI, DCNEI e BNCC. Notou-se um relativo esforço de caracterizar, a intencionalidade pedagógica das ações didáticas relativas à aprendizagem infantil, mas, muitas vezes, as especificidades das crianças foram negligenciadas principalmente no que diz respeito ao seu protagonismo. Há indícios de que a organização dos documentos tem se constituído de maneira tortuosa, diante dos constantes desafios ao conceber uma proposta que realmente cumpra a natureza da aprendizagem e a natureza da criança. No entanto apesar das lacunas identificadas os documentos analisados representam importantes discussões políticas educacionais sobre currículo e os avanços identificados sinalizam expressivos movimentos de construção da identidade da educação infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Base Nacional Comum Curricular.

---

\* Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade de Três Pontas FATEPS. E-mail livia.teixeira@alunos.unis.edu.br

\*\* Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Três Pontas FATEPS. E-mail gloria.reis@professor.unis.edu.br

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho analisa documentos normativos da Educação Infantil sendo eles: Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular.

O objetivo proposto neste estudo é identificar alterações ocorridas no conjunto de documentos, que possam contribuir para o avanço das discussões sobre o currículo oficiais da educação infantil Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica que será realizada por meio da leitura de obras e artigos científicos basicamente do Scientific Eletronic Library Online-Scielo. O material documentado, bem como, as respectivas análises serão organizadas e apresentadas em forma de artigo científico (no período de 2010 a 2021).

O estudo está estruturado em dois tópicos, sendo que o primeiro discute aportes teóricos e o segundo realiza revisão da literatura.

## **2 CONSTRUINDO O APORTE TEÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Quais são as mais significativas mudanças nos documentos: Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular. Em quais aspectos essas mudanças representam avanços e/ou retrocessos no que se refere ao conjunto de aprendizagens essenciais para as crianças na educação infantil? Pretende -se realizar revisão bibliográfica no desenvolvimento do estudo.

Pautados nessas indagações, neste título pretende-se compor o referencial teórico e a revisão da literatura.

### **2.1. Breve revisão da Legislação Brasileira no que diz respeito a Educação Infantil**

Na Constituição Federativa do Brasil (1988) estão previstos direitos como vida, liberdade, propriedade, igualdade, saúde, educação, moradia, entre vários outros. Considerando o tema deste estudo, o artigo 205 prevê “que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da

pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1998, sp.). E ainda, no artigo 208, inciso IV a garantia de: “IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) a Lei 13306 de 2016 altera o artigo 54 inciso IV que previa que as crianças de 0 a 6 anos de idade deveriam ter direito de atendimento em creche e pré-escola. A lei acima citada alterou este inciso no ECA e estabeleceu que o atendimento em creche e pré-escola é destinado às crianças de 0 a 5 anos de idade

Diante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 em sua Seção II, artigo 29 está prevista “ a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p. 22).

No que diz respeito aos documentos oficiais que tratam das atividades educativas, articulação do conhecimento e aprendizagem, estes serão aqui apresentados segundo a ordem cronológica de suas publicações, iniciando com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) que integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB - Lei n. 9394/96, “pela primeira vez na história a educação infantil é a primeira etapa da educação básica” (BRASIL, 1998, p. 5).

Considerando o momento histórico pelo qual passavam as creches e pré-escolas, sendo absorvidas pelas secretarias de educação, incorporando dessa forma

[...] às atividades educativas os cuidados essenciais das crianças e suas brincadeiras, o Referencial pretende apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 5).

Ao redigir a carta de apresentação do RCN/EI o então Ministro da Educação e Desporto Paulo Renato de Souza refere-se ao documento da seguinte forma:

O Referencial foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira (BRASIL, 1998, p. 5).

O RCN/EI (Brasil, 1998) foi organizado em três volumes sendo o primeiro Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo; o segundo Identidade e Autonomia e o terceiro volume relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo contendo seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

A concepção de criança apresentada no volume 1- Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo diz o seguinte:

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. [...] as crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar (BRASIL, 1998, p. 21).

Assim as crianças constroem o conhecimento a partir de suas interações com outras pessoas e com o meio em que vivem.

A articulação de um processo nacional de estudos e debates sobre o currículo da Educação Infantil aconteceu num amplo processo de concepção e elaboração, as diretrizes nacionais para a educação infantil que foram produzidas a muitas mãos e muitas mentes dentre elas:

[...] as contribuições apresentadas por grupos de pesquisa e pesquisadores, conselheiros tutelares, Ministério Público, sindicatos, secretários e conselheiros municipais de educação, entidades não governamentais e movimentos sociais que participaram das audiências e de debates e reuniões regionais (como os encontros da UNDIME – Região Norte e do MIEIB em Santarém, PA, ocorrido em agosto de 2009;

o debate na ANPED, em outubro de 2009 (BRASIL, 2009, p. 34).

O Ministério da Educação - MEC juntamente com Conselho Nacional de Educação - CNE, aprovou a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 fixando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, e tem como objetivo “estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil” (BRASIL, 2009, s.p)

O artigo 4º apresenta a concepção de criança estabelecida pelo documento:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, s.p).

Em relação aos objetivos da proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares (Brasil 2010) explicitam que:

[...] deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010, p. 18).

Além disso, o currículo é reconhecido como um:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p. 12).

Dando continuidade nas reflexões sobre documentos oficiais que tratam de questões de organização das práticas pedagógicas na educação infantil, recentemente, no ano de 2017, um novo documento foi aprovado com o objetivo de normatizar o currículo da Educação Básica no Brasil: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A elaboração da BNCC foi submetida à três versões carregadas de tensões diante de implacáveis empates políticos culminando em diversos manifestos.

Em 20 de dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo então ministro da Educação, Mendonça Filho, fundamentado na Portaria n.2 1.570, de 20 de dezembro de 2017 que implanta a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, explicitando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a ser observada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/ a BNCC adota a mesma concepção de criança, como já foi apresentado neste estudo.

Ainda em consonância com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da educação infantil são: “as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização” (BRASIL, 2017, p. 37).

Assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (BRASIL, 2017, p. 40)

A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a serem propiciados às crianças e associados às suas experiências. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza a BNCC são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Revisitando o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular evidenciam-se mudanças na Educação Infantil de 1988 a 2017.

Por fim, os documentos citados são fundamentais para orientar e regulamentar a Educação Infantil no país, apresentando características distintas em relação à concepção de criança, ensino e

currículo em alguns aspectos, mas de modo geral pode-se dizer que são documentos que se complementam.

A substituição de documentos representa avanços e/ou retrocessos no que se refere ao conjunto de aprendizagens essenciais para as crianças na educação infantil? Para esta reflexão será realizada uma revisão da literatura que poderá contribuir para essa reflexão.

### **3 DIÁLOGOS ENTRE REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.**

Este tópico tem como objetivo produzir a revisão da literatura deste estudo. Este intento será conseguido mediante análise online de artigos científicos publicados principalmente na Plataforma Scielo Brasil. A busca foi realizada a partir das palavras-chave RCN/EI, DCN/EI e BNCC. Diante dos estudos localizados foi realizada a leitura dos resumos e selecionados aqueles julgados relevantes para este estudo.

Santos (2018) realiza um estudo que analisa os sentidos produzidos pelas crianças sobre suas experiências educativas e busca compreender como as falas e as ações das crianças contribuem para a proposição de um currículo por campos de experiências, apresentados pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Trata-se de um estudo de caso realizado com um grupo de crianças de quatro anos de idade durante o ano de 2012 em uma instituição pública de Educação Infantil.

Os dados foram produzidos por meio de observação participante; desenhos e fotografias elaboradas pelas crianças (conjugadas com suas falas) e entrevistas.

Segundo Santos (2018) a proposição de uma Base Nacional Comum para a Educação Infantil, ao apresentar e divulgar uma organização curricular por campos de experiência para creches e pré-escolas

Tem produzido um novo desafio para a área: sensibilizar os/as profissionais sobre a necessidade de produzir modos de se aproximar da experiência das crianças para, a partir delas, elaborar novas experiências educacionais de modo contextualizado e repletas de significados tanto para as crianças quanto para os adultos – permitindo maior compreensão sobre as especificidades da docência em instituições de cuidado e educação (SANTOS, 2018, p. 4).

As falas e as ações das crianças são analisadas possibilitando uma maior compreensão dos campos de experiências. Neste estudo, as crianças são consideradas “como sujeitos ativamente engajados na complexidade da trama social, procurando compreender como elas percebem e significam a experiência educativa no contexto da Educação Infantil” (SANTOS, 2018, p. 15-16).

Nas entrevistas com as crianças, tornou-se evidente que a instituição de Educação Infantil se configura como um espaço de aprendizagens inerentes ao processo de escolarização e, desse modo, tem como principal tarefa realizar uma iniciação/introdução das crianças no universo escolar (Op. cit, 2018, p. 15)

Segundo Santos (2018) a organização de um currículo por campos de experiência demanda a compreensão da heterogeneidade que orienta as condutas de adultos e crianças no ambiente da Educação Infantil e as crianças foram capazes de produzir sentidos sobre as práticas de cuidado e educação que podem se tornar elementos úteis na proposição de um currículo por campos de experiência para as instituições de Educação Infantil.

Melo; Sudbrac (2019) desenvolveram um estudo que discute os principais pareceres e princípios dos documentos legais desde a Constituição Federal de 1988 até a BNCC, para a Educação Infantil. As autoras tinham como intuito compreender a contribuição de cada documento para as Políticas de Educação Infantil.

O estudo foi baseado numa revisão bibliográfica e documental, com enfoque qualitativo.

Melo; Sudbrac (2019) afirma que grande parte das políticas educacionais no Brasil é formulada não em benefício da população em geral, mas em função das demandas econômicas, das influências externas e muitas também de acordo com os interesses do Estado, baseado nas avaliações em larga escala que acontecem em diferentes níveis de ensino.

Ao fazer análise do RCNEI, as autoras utilizam os trabalhos produzidos por Reis; Cunha (2010) que o Referencial como:

Grandes receituários elaborados em âmbito nacional para professores, coordenadores e diretores de escolas de Educação Infantil. Manual oficial indispensável na medida em que os professores não necessitavam ter uma formação fundamentada e alicerçada em grandes referenciais teóricos históricos, filosóficos e sociológicos (Op. cit, 2019, p. 4)

Assim, até o ano de 2017 as DCNEI eram utilizadas como referência para nortear o trabalho na Educação Infantil e a partir de 2018, a proposta da BNCC vem ao encontro ao “tentar” resolver



as questões da qualidade e dos problemas educacionais, tendo o objetivo de oferecer subsídios para que todos recebam o ensino mínimo para o avanço do conhecimento base para todos.

A Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação ANFOPE (Brasil, 2017) divulga documento para a última audiência pública sobre a Base Nacional Curricular Comum, A ANFOPE alerta e posiciona-se de forma contrária às ações e às políticas que poderão advir da adoção da BNCC.

Reafirmamos nosso repúdio à concepção de competências por entender que esse modelo de “conteúdos curriculares a serviço de desenvolvimento de competências” não respeitou os Documentos da BNCC produzidos pelos estados. [...]. Especificamente no que se refere à Educação Infantil, por exemplo, a terceira versão apresenta redução nas concepções de linguagem e de ensino/aprendizagem (BRASIL, 2017, p. 3)

Persicheto; Perez (2020), desenvolveram um estudo com o propósito de verificar avanços e lacunas presentes nos documentos curriculares oficiais, como RCNEI, DCNEI e BNCC, dessa forma, as autoras pretendem ampliar as condições que contribuam para a construção de uma visão integradora sobre aspectos que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

Realizaram uma pesquisa de caráter bibliográfico pautada em estudos sobre a infância e análises de trabalhos que abordaram discussões sobre as propostas curriculares para a Educação Infantil.

Para as considerações finais, as autoras ressaltam que:

Os diálogos entre os documentos oficiais aqui propostos (RCNEI, DCNEI e BNCC) indicam avanços e desafios na construção de um currículo para a primeira etapa da Educação Básica. [...] os documentos oficiais apontam o esforço de caracterizar, dentre outros aspectos, a intencionalidade pedagógica das ações didáticas relativas à aprendizagem infantil, mas, muitas vezes, negligenciam as especificidades das crianças pequenas, principalmente no que diz respeito ao protagonismo que podem exercer no processo de aprendizagem e desenvolvimento (PERSICHETO; PEREZ, 2020, p. 108).

Outro aspecto relevante para as autoras, diz respeito à carência, “em diferentes graus e perspectivas, de clareza nos apontamentos relativos às especificidades do trabalho pedagógico, sobretudo, no que diz respeito à delimitação mais sistematizada dos conteúdos escolares que podem ser explorados na Educação Infantil” (Op.cit, 2020, p. 108). No entanto,

[...] essa trajetória de construção dos documentos oficiais curriculares reflete toda complexidade dos processos educativos em um país com realidades tão distintas como o

Brasil e esse é um dos aspectos que precisa ser considerado quando se pretende levantar críticas e questionamentos a essas publicações (PERSICHETO; PEREZ, 2020, p. 108).

Por fim, mesmo diante da constatação da existência de lacunas identificadas, os documentos representam parte do movimento das políticas educacionais e alguns avanços podem ser identificados na construção da identidade da Educação Infantil. Pode-se afirmar que a organização curricular tem se constituído de maneira sinuosa, frente aos constantes desafios para conceber uma proposta que realmente atenda às especificidades da aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quais são as mais significativas mudanças em relação ao Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular?

Diante da revisão da literatura, notou-se um relativo esforço de caracterizar, a intencionalidade pedagógica das ações didáticas relativas à aprendizagem infantil, mas, muitas vezes, as especificidades das crianças foram negligenciadas principalmente no que diz respeito ao seu protagonismo.

A organização curricular tem se constituído de maneira sinuosa, frente aos constantes desafios para conceber uma proposta que realmente atenda às especificidades da aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

O presente estudo verificou os avanços e lacunas presentes nos documentos curriculares oficiais, como RCNEI, DCNEI e BNCC, para promover condições que possibilitem a construção de uma visão integradora sobre aspectos que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

Mesmo diante de lacunas, os documentos analisados representam todo movimento das políticas educacionais e alguns avanços podem ser identificados na construção da identidade da Educação Infantil.

A pesquisa teve como objetivo realizar pesquisa de revisão bibliográfica que será efetuada por meio da leitura de obras e artigos científicos basicamente do Scientific Eletronic Library Online-Scielo.

O principal desafio refere-se à apropriação conceitual sobre o currículo, BNCC, RCNEI e DCNEI. O atrito em conciliar o trabalho em tempo integral com os estudos acadêmicos, além do desafio com uso das normas e regras necessárias para a realização da pesquisa. Entretanto o estudo trouxe muitos benefícios entre eles estão o hábito da leitura, pesquisa e desenvolvimento da comunicação oral e escrita.

A pesquisa desses documentos é fundamental para orientar e regulamentar a Educação Infantil no país. Esse estudo pode contribuir para novas pesquisas de estudiosos e professores para busca de conhecimento e entendimento referente aos documentos normativos da educação infantil.

## ***ANALYZING CHILD EDUCATION REGULATORY DOCUMENTS***

### ***ABSTRACT***

This work analyzes the possible dialogues between the National Curricular Reference for Early Childhood Education, National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education and the National Curricular Common Base. Such an approach is justified by the need to highlight the main changes that the documents mentioned above favor in children's learning and development. The objective proposed in this study is to identify changes that have occurred in the set of documents, which may contribute to the advancement of discussions on the official curriculum of early childhood education. This is a literature review carried out by reading works and scientific articles basically from the Scientific Electronic Library Online-Scielo. The present study verified the advances and gaps present in the official curriculum documents: RCNEI, DCNEI and BNCC. There was a relative effort to characterize the pedagogical intentionality of didactic actions related to children's learning, but, many times, the specificities of children were neglected, mainly with regard to their role. There are indications that the organization of documents has been constituted in a tortuous way, in the face of the constant challenges of conceiving a proposal that really fulfills the nature of learning and the nature of the child. However, despite the gaps identified, the documents analyzed represent important educational policy discussions on curriculum and the advances identified indicate significant movements in the construction of the identity of early childhood education.

## KEY WORD

*Child education. National Curriculum Reference for Early Childhood Education. National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education. Common National Curriculum Base.*

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei 8.069/90**. São Paulo, Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_, Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), Ministério de Educação e do Desporto. Brasília, DF: MEC, 1998.

\_\_\_\_\_, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 5 de ago de 2022.

\_\_\_\_\_, **Portaria n.2 1.570**, de 20 de dezembro de 2017. Brasília DF. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA1570DE22DEDEZEMBRODE2017.pdf>> Acesso em: 27 de set. de 2022.

\_\_\_\_\_, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação ANFOPE. **Posição da ANFOPE sobre a BNCC**, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/09/nota-anfope-repudia-a-bncc.pdf>> acesso em 21 de out, 2022.

MELLO, A. P. B; SUDBRACK, E.M. Caminhos da Educação Infantil: da Constituição de 1988 até a BNCC. **Rev. Inter. Educ. Sup.** v.5 1-21, Campinas, SP, 2019. Disponível em <[file:///C:/Users/GI%C3%B3ra/Downloads/malu04,+Ana+Paula\\_O\\_86533416\\_Potugues%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/GI%C3%B3ra/Downloads/malu04,+Ana+Paula_O_86533416_Potugues%20(1).pdf)> acesso em 16 de set. 2022.

PERSICHETO, A. J. O; Perez M. C. A. Aprendizagem na Infância: Diálogos entre os Referenciais Curriculares Nacionais Para A Educação Infantil, As Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Infantil a A Base Nacional Comum Curricular. Universidade Federal do Acre, **Revista Muiraquitã**, v. 8, n. 1, Acre, A C, 2020.

REIS, F. P. G; CUNHA, D. O. Políticas públicas e a educação infantil brasileira: problemas, embates e armadilhas. *In*: PIMENTA, C. A. M; ALVES, C. P. (Org). **Políticas públicas e desenvolvimento regional**. Campina Grande: Eduepb, 2010. 211 p.

SANTOS, S. V. S. Currículo da educação infantil: considerações a partir das experiências das crianças. **Educação em Revista**, v.34, Belo Horizonte|, 2018.

Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/edur/a/xchDQ9dsNn6DzRzBsgr3wmP/?format=pdf&lang=pt>> acesso em 18 de out. 2022.